

É preciso arrancar Alegria ao futuro!

O ***Blog Convergência*** divulga o manifesto “é preciso arrancar alegria ao futuro”, assinado por 739 ex-militantes do PSTU que neste momento se desligam daquele partido para convocar a conformação de uma nova organização socialista e revolucionária no Brasil. A iniciativa busca uma unidade superior da esquerda que se movimenta no sentido da luta pela superação do capitalismo, e, no Brasil, pela conformação de um terceiro campo, alternativo às velhas e novas direitas e à coalização que deu suporte aos governos do PT. Estes aspectos sempre estiveram presentes nas bases fundamentais da orientação que motiva a atuação da equipe editorial do blog.

A equipe do ***Blog Convergência*** aproveita para manifestar nossa adesão e apoio integral a esta iniciativa, a qual nos somamos e com a qual esperamos poder contribuir ativamente.

O ato nacional de lançamento da nova organização **ocorrerá no dia 23 de julho, sábado, às 18 horas, no Club Homs (Av. Paulista, 735), na cidade de São Paulo.**

São tempos de mudança, de novas iniciativas e de novos desafios. O ***Blog Convergência*** também mudará, mas para seguir buscando contribuir com os debates do marxismo e das lutas contra todas as formas de exploração e de opressão de forma ainda mais intensa.

Viva o socialismo e até a vitória!

Equipe do ***Blog Convergência***

Manifesto pela construção de uma nova organização socialista e revolucionária no Brasil

O presente manifesto é assinado por algumas centenas de companheiras e companheiros que no passado fizeram uma aposta militante no PSTU. Temos orgulho de ter dedicado o melhor de nossas forças para essa organização, mas hoje vimos a público comunicar que esta experiência chegou ao fim e que decidimos trilhar um novo caminho. Pertencemos a diferentes gerações, somos veteranos e jovens, mulheres e negros, LGBT's, professores e indígenas, operários industriais e da construção civil, petroleiros e estudantes, ativistas e dirigentes sindicais que constroem a CSP-Conlutas, trabalhadores da saúde e do transporte, desempregados e intelectuais, funcionários públicos e terceirizados.

Há cerca de oito meses, começamos uma batalha por nossas ideias dentro da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores) e sua seção brasileira, o PSTU. Por meio deste manifesto, queremos expressar nossas posições e as conclusões a que chegamos ao longo desse debate.

O que pensamos?

Acreditamos que as dificuldades enfrentadas pelos revolucionários neste início de século 21 encontram sua explicação mais profunda no impacto reacionário da restauração capitalista na URSS, leste europeu, sudeste asiático e Cuba. A ofensiva política, econômica, social, militar e ideológica do imperialismo, os discursos sobre "o fim da história" e a adaptação da esquerda reformista à ordem burguesa não passaram sem consequências. O movimento de massas retrocedeu em sua consciência e organização. E os revolucionários sofreram os efeitos desses anos de confusão e crise.

Mas a história não acabou. A crise econômica mundial de 2007-2008 abriu uma nova situação internacional marcada pela instabilidade e pela polarização política, social e militar. Nesse marco, surgiram fenômenos altamente contraditórios, como a Primavera Árabe, a crise econômica europeia, o conflito militar na Ucrânia, os indignados da Espanha, a ascensão de partidos neo-reformistas como Syriza e Podemos, a crise dos

refugiados na Europa, o fortalecimento da direita em várias partes do mundo, as manifestações na Grécia, as lutas antiproibicionistas e pelo direito à cidade encabeçadas pela juventude, o declínio dos governos de colaboração de classes na América Latina, o avanço do fundamentalismo islâmico e cristão, o ascenso da luta antirracista, feminista e antilgbtfóbica no mundo inteiro, as jornadas de Junho de 2013 no Brasil, a guerra civil na Síria, a crise do euro e da União Europeia, o atual ascenso francês e tantos outros.

Assim, a nova situação mundial abre importantes perspectivas aos socialistas. Mas é preciso saber atuar. Acreditamos que a postura dos revolucionários diante da reorganização da esquerda deve ser firme, porém, paciente. Porque o caminho da autoproclamação nos condenaria à marginalidade. Porque sabemos que o isolamento, a condição de minoria e a luta contra vento e maré durante tantas décadas deixaram em todos nós cicatrizes, reflexos sectários que devemos ter a coragem de superar.

Pensamos que a simples apresentação de um programa revolucionário não é o bastante para construir uma organização marxista. O decisivo é que esse programa seja ouvido, que lutemos por ele em cada espaço, que ele seja compreendido e aceito pelas massas e sua vanguarda. Não superaremos a marginalidade com um programa ultraesquerdista, que os trabalhadores não estão dispostos a abraçar, ou que, às vezes, nem sequer compreendem.

No terreno da política nacional, por sua vez, as diferenças não foram menores. Há mais de um ano vínhamos afirmando que era preciso enfrentar, com centralidade, a política de ajuste fiscal do governo Dilma, mas combater também a oposição burguesa que queria derrubá-la apoiando-se em mobilizações reacionárias. Para esta luta, acreditávamos que era necessário construir a mais ampla unidade de ação com todos os setores que estivessem na oposição de esquerda ao governo e, se possível, dar a esta unidade uma forma organizativa: uma

frente de luta ou terceiro campo alternativo ao governo e à oposição de direita.

Depois que a maioria da burguesia se unificou em torno à proposta de impeachment, a partir de fevereiro de 2016, defendemos internamente que era vital lutar contra esta manobra parlamentar, sem que isso significasse, evidentemente, prestar qualquer apoio político a Dilma. Porque avaliávamos que a derrubada do governo do PT só teria um sentido progressivo se realizada pelas mãos da própria classe trabalhadora, por meio de suas próprias organizações. Ao contrário, se liderada pela oposição de direita, a derrubada de Dilma seria uma saída reacionária para a crise política; deseducaria os trabalhadores em sua tarefa de autoemancipação. A segunda hipótese foi exatamente a que ocorreu.

Debatemos estas e outras diferenças lealmente durante quase um ano. Não obstante, foi atingido um ponto de saturação. Quando as diferenças se fazem insolúveis, quando a possibilidade de síntese se esgota, quando as discussões se tornam intermináveis e as polêmicas improdutivas, o perigo da desagregação passa a ser maior que tudo. Chegamos à conclusão que o prosseguimento do combate ameaçava com uma ruptura abrupta e desorganizada. Para preservar o maior patrimônio de qualquer organização, seus militantes, optamos por encerrar a luta e oferecer uma saída organizada para a crise. Deixamos o PSTU.

Reconhecemos o PSTU como uma organização revolucionária. Não pensamos que é menos revolucionário agora do que antes. Mas às vezes é impossível aos revolucionários pertencer a uma mesma organização. Apostamos na possibilidade de uma separação amigável, e portanto exemplar, muito diferente das rupturas explosivas e destrutivas que o passado tanto viu. Mantemo-nos, por isso, nos marcos da Liga Internacional dos Trabalhadores, na qualidade de seção simpatizante.

0 que queremos?

Ao mesmo tempo em que nos desligamos do PSTU, reafirmamos nossa disposição em continuar a luta pela revolução socialista em uma nova organização nacional. Reconhecemos a ação consciente e organizada como a mais eficaz. Sobre a base do marxismo, da teoria leninista de organização e de toda a experiência histórica do movimento operário e socialista mundial, queremos construir algo novo. Admitimos sem soberba, com sincera humildade e respeito, que não somos os únicos revolucionários no Brasil ou no mundo.

Somos um pequeno ramo da grande árvore do marxismo revolucionário mundial. Reivindicamos as resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional; defendemos a teoria da revolução permanente e o Programa de Transição de Leon Trotski; nos colocamos a serviço da reconstrução da IV Internacional; abraçamos a herança do trotskismo latino-americano que teve em Nahuel Moreno seu principal dirigente e organizador; defendemos um marxismo ao mesmo tempo rigoroso na utilização dos conceitos e aberto na interpretação dos novos fenômenos; acreditamos que os socialistas devem estar na primeira fileira do combate ao machismo, à lgbtfobia e ao racismo, principalmente num país que traz na sua história a triste marca de quatro séculos de escravidão e que é um dos que mais mata mulheres e LGBT's no mundo; vemos a revolução socialista, em primeiro lugar, como processo de autoemancipação dos trabalhadores, com a classe operária à sua frente; entendemos que o revolucionário é, em primeiro lugar, um rebelde, e por isso o regime interno de uma organização marxista deve se caracterizar tanto pela disciplina na ação, quanto pela ampla liberdade de discussão, e que esses dois aspectos não são contraditórios, mas sim complementares e inseparáveis.

Rejeitamos qualquer tentativa de reeditar, trinta anos depois, a experiência reformista do PT, como faz hoje a direção majoritária do PSOL. A redução da luta de classes à luta parlamentar, as alianças com os setores supostamente

progressivos da burguesia nacional, a transformação dos deputados, senadores e prefeitos em figuras todo-poderosas, que só devem satisfações a si mesmos – tudo isso já foi feito. E fracassou. Não trilharemos este caminho.

Sabemos que a degeneração política do PT e a corrupção de seu aparelho alimentam uma saudável desconfiança entre os lutadores jovens que não querem ser manipulados como a vanguarda da geração anterior. Aos milhares, os ativistas se perguntam como controlar suas próprias organizações. E têm razão! Porque o tempo da ingenuidade e da credulidade nos líderes precisa ficar para trás. Queremos uma organização em que não haja lugar para os arrivistas, os oportunistas, para aqueles que querem obter vantagens e benefícios pessoais. Queremos entre nós os despojados de pretensão, os desapegados de ambição, os desprendidos de vaidade.

A luta é aqui e agora

O maior desafio de nossas vidas, o sentido de nossa militância, é a realização e o triunfo da revolução socialista brasileira. A classe trabalhadora e o povo oprimido devem se elevar à altura do combate que a história convoca. Treze anos de governos do PT demonstraram de forma irrefutável que a estratégia de regulação do capitalismo através de minúsculas reformas social-liberais conduziu o país a um verdadeiro desastre. A direção do PT é a primeira responsável pela tragédia que se abate hoje sobre a classe trabalhadora brasileira. Lula e Dilma traíram o sonho dos trabalhadores, enterraram-se a si próprios e abriram o caminho para Michel Temer e Henrique Meirelles. A verdadeira libertação dos explorados e oprimidos passa, portanto, pelo combate à conciliação de classes promovida pelo PT e pela retomada de uma estratégia de ruptura revolucionária da ordem.

A crise e posterior falência estratégica do PT, tão evidentemente demonstrada nas jornadas de Junho de 2013 e no episódio do impeachment, colocam para a esquerda marxista brasileira o dilema de sua própria crise, de sua própria

marginalidade, de sua própria fragmentação. Os calendários eleitoral e sindical não comportam mais as lutas que vêm ocorrendo. É preciso uma saída estratégica. É nesse sentido que precisam trabalhar os marxistas revolucionários.

Mas as lutas dos explorados e oprimidos não podem esperar. Elas estão ocorrendo aqui e agora. Para que elas sejam vitoriosas, precisam ser cercadas da mais profunda solidariedade, em torno a elas deve ser construída a mais ampla unidade.

Essa unidade na ação prática, na luta comum, passa hoje, em nossa opinião, pela bandeira do Fora Temer, quer dizer, a luta contra o governo de plantão e suas medidas. Sem a unidade dos movimentos sociais combativos em torno a essa tarefa decisiva, correremos dois perigos. O primeiro é que o impulso de todos esses enfrentamentos parciais se disperse, pela ausência de uma estratégia geral comum. O segundo é que os combates específicos sejam apropriados pela direção do PT em seu projeto de voltar ao poder com uma nova candidatura Lula. Ou seja, a velha chantagem do mal menor. A maior tarefa da esquerda anticapitalista, portanto, é abrir o caminho para outra saída política. E ela pode ser construída desde já. Nenhum dos partidos e organizações da esquerda combativa pode hoje, por si só, oferecer esta saída.

Para ser efetiva, essa saída precisa ser construída de fato por todas as correntes e organizações combativas do movimento social, por todos que desejam sinceramente conformar esse terceiro campo alternativo da classe trabalhadora.

Defendemos a unidade deste terceiro campo também nas eleições municipais de 2016. Propomos ao PSTU, ao PSOL, ao PCB, às organizações políticas que não possuem legalidade e aos movimentos sociais a construção de uma Frente de Esquerda e Socialista, com um programa de ruptura com os planos de ajustes que são aplicados por todos os governos e prefeituras. Nos colocamos desde já a serviço dessas grandiosas tarefas.

Queremos, enfim, construir uma organização que resgate a grandeza e a integridade do projeto socialista; uma organização que seja digna da memória daqueles que vieram antes de nós e entregaram suas vidas na luta pela igualdade social; uma esquerda revolucionária não-dogmática, que não se acomode nas poltronas de couro dos gabinetes parlamentares, mas que combata também o corporativismo e o burocratismo dos sindicatos, que priorize a luta direta das massas, que dialogue com a ampla camada de ativistas surgida no último período, que seja capaz de influenciar verdadeiramente os rumos da luta de classes no país, de inspirar confiança e esperança novamente.

O desafio é gigantesco, mas temos confiança que podemos, como dizia o velho poeta Maiakovski, “arrancar alegria ao futuro”. É chegada a hora de ousar. Mais do que nunca, é preciso lutar, é possível vencer.

Os assinantes do presente manifesto convidam também a todas e todos para o ato nacional de lançamento da nova organização, que ocorrerá no dia 23 de julho, sábado, às 18 horas, no Club Homs (Av. Paulista, 735), na cidade de São Paulo.

Viva a luta dos explorados e oprimidos do mundo inteiro!

Viva a revolução! Viva o socialismo!

—

As assinaturas do manifesto podem ser vistas em: <http://alegriaaofuturo.com.br/quem-assina/>

0 pão das mulheres de 0 pão e a pedra

Natalia Conti |

Em entrevista, perguntado sobre o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo, datado do ano de 1978, Cláudio Rosa, então um dos responsáveis sindicais pela organização do evento, mencionou: “Você é a primeira pessoa que me pergunta a respeito do Congresso das Mulheres de 78. Ninguém me perguntou nunca sobre isso. De 78 pra cá nós temos trinta e... quase quarenta anos”.

“Ele só te vê, se te enxergar.” – fala de Joana, no I ato de 0 pão e a pedra.

–

Da peça 0 pão e a pedra, da Companhia do Latão, dirigida por Sérgio de Carvalho, em cartaz no TUSP com temporada até o dia 3 de julho, poderiam ser tratados diversos aspectos. Muitos foram abordados nas críticas e resenhas publicadas nas últimas semanas, como o debate sobre a atualidade temática, no diálogo com a crise política atual; o trato da poesia do cotidiano, possível nas formas associativas, em enfrentamento à dureza do mundo do capital, entre outros. Aqui, faço a escolha de tratar de uma camada que em especial chama a atenção, e cria fina tensão entre o ABC de 1979 e o Brasil da atualidade; a luta invisível travada, e os frutos colhidos pelas gerações atuais. É na voz da mulher que a peça ganha corpo. Na contramão da produção historiográfica e sociológica sobre o tema, o teatro pôde, em consonância com o que as ruas transpiram – de hoje, e porque não, daquele tempo – trilhar o caminho do inesperado, transpor a vigorosa masculinidade edificada no mundo do sindicato, das fábricas metalúrgicas e das lutas operárias.

Os reconhecidos sujeitos das lutas do ABC são os homens, cabras-machos, muitos deles migrantes nordestinos, que sem ter nada a perder, se enfrentam com a realidade do arrocho salarial, luta que alcança a inevitabilidade do embate com a ditadura civil-militar brasileira. Há, no entanto, um sujeito esquecido, escanteado, também calejado, migrante e sem ter o que perder, do qual não se fala. Aquelas mulheres que vieram de diferentes rincões do país, sozinhas, por vezes carregando os filhos no lombo e no bucho, na busca da mesma promessa de emprego e melhoria de vida nas fábricas de São Paulo. Eram parte dos piquetes, tomavam a frente nas comissões de arrecadação de fundos de greve e mobilização das comunidades em apoio às mobilizações – sem as quais a continuidade das greves seria impossível. Mais ligadas à igreja e ao ambiente doméstico do que os homens, possuíam enraizamento e influência entre as pessoas do bairro, onde estabeleciam pontes fundamentais para o fortalecimento da luta em curso, mas não apareceram nas fotos, nas filmagens e nos discursos.

A Companhia do Latão explora, nesse sentido, os ambientes para além da linha de montagem ou do espaço estrito do trabalho, compreendendo o fazer político de forma expandida, atravessando todas as esferas da vida – o lazer, as relações afetivas, o intervalo do trabalho, a manifestação de rua. Esta abordagem dos espaços, mais ampliada, é também uma forma de perceber o trânsito das mulheres, sua resistência no enfrentamento de classe, como operárias que combatem lado a lado com os companheiros; e como mulheres, que na guerra entre classes, também se enfrentam com os companheiros, em um embate de gênero. O contraponto entre o vestiário masculino e feminino na fábrica revela os pontos de contato e as disparidades entre gênero e classe.

A forma como a solidariedade das mulheres passa pelas questões familiares e do cuidado com os filhos, seja na mãe solteira que não pode cuidar do filho, ou da mulher grávida que terá o

mesmo futuro; expressões importantes da necessidade de creche, uma das pautas que mais movimenta mulheres trabalhadoras. A presença do assédio moral, com a vigia das regras, como se costumava dizer, a obrigatoriedade de exibir mensalmente o absorvente. São diferentes preocupações. Enquanto isso as vozes do vestiário masculino tem o seu universo próprio, que passa pelas mesmas questões econômicas que as mulheres, e por outros problemas da vida cotidiana dentro e fora da fábrica.

A personagem Joana, representada por Helena Albergaria, é mãe e pai de seu filho, mulher travestida de homem na perspectiva de melhores condições de vida. Quando se traveste e passa a ser João Batista, somos lembrados de que é possível no teatro representar aquilo que não somos. Porque representar não é transpor a vida para o palco, mas construir mudança, perspectiva estética que se enfrenta com padrões de representação no teatro e na vida mesma. Ser o que não somos, quando falamos no ABC em 1979, significa dizer que podemos ser classe inteira, sem apartamentos, divisões que a classe dominante nos impõe. Nessa busca, João Batista se depara também com outras formas que podem acompanhar a perspectiva de ascensão: a abstenção à luta, o furar da greve, o arrivismo corporativo. É na roda-gigante que percorre o caminho entre ser mulher e o ser homem das personagens Joana e João, que as contradições de classe e de gênero se desvendam, sem truques.

Outra mulher forte a ser lembrada é Luísa, militante revolucionária girada por sua organização para o trabalho político na fábrica, representada por Sol Faganello. A poética que combina sua convicção e a juventude ingênua e desajeitada, atribui à personagem a atmosfera da geração que se organizou na luta contra a ditadura, sua potência e também sua fragilidade, seja na dificuldade com as praticidades da vida no ambiente de trabalho ou mesmo no trato com a linguagem para a política, na escolha das palavras de ordem, na grandiloquência mais própria à universidade do que ao

ambiente fabril.

O que amarra as pontas entre passado e presente, além da obsessão do trabalho da Companhia do Latão em explorar a chave da contradição, da desnaturalização das relações e dos processos, é o momento político que se vive hoje. O contraponto entre a luta das mulheres durante as greves do ABC para serem reconhecidas como sujeito político, para saírem da invisibilidade, e a rasgada intervenção de massas feministas hoje nas ruas do mundo todo, impondo na marra a sua visibilidade, amparadas pelas lutas passadas, imprime sua marca nas personagens de O pão e a pedra – nem mesmo as personagens infantis escapam. A imagem do protagonismo feminino na luta operária de 1979 é coisa que só poderia ser produzida na costura da luta embrionária e corajosa das mulheres de lá com a intempestividade das jovens de cá.

Jessica Jones: os superpoderes da violência machista e seu combate

Natalia Conti.

Jessica Jones é uma série produzida em parceria entre Marvel – desde os HQs de Brian Michael Bendis e Michael Gaydos – e Netflix. Trata-se de uma saga que reflete o embate entre anti-heróis, a princípio todos eles mutados por circunstâncias derivadas de situações vividas na infância, submetidos a testes conscientes ou acidentes. Jessica (**Kristen Ritter**) é uma anti-heroína, possui poderes físicos não-inatos, e, tendo sido dominada por um vilão possuidor de uma “dotação” de controlar mentes humanas, teve sua vida destruída em todos os

âmbitos; psicológico, social, profissional, moral e ético. Sua busca transita entre o confronto com seu agressor e o dilema existencial sobre como utilizar seus superpoderes, mantendo-se no anonimato ou se transformando em heroína.

O enredo desenvolve, sob o prisma dos superpoderes, problemas gritantes da contemporaneidade, vivenciados por pessoas comuns. A violência psicológica, o controle, o sentimento de rejeição super-dimensionado nas relações afetivas. Na série, Jessica é vítima de violência psicológica e física por parte de um obsessivo, Kilgrave (**o Homem-Púrpura dos quadrinhos, representado por David Tennant**). Este, dotado do poder do controle psicológico, se apaixona por Jessica e não prevê a possibilidade de relacionar-se com ela sem usar os seus poderes. Sorria! Beije-me! Use os seus poderes à exaustão! São parte dos “pedidos” de Kilgrave à Jessica, que não consegue negá-los e se vê escravizada. A luta de Jessica é pela sobrevivência, e pela salvação das pessoas envolvidas por Kilgrave na trama obsessiva, contra a escravidão imposta pelo controle psicológico e pela dinâmica imposta pelo medo e o ciclo da violência.

É interessante o retrato de Jessica já momentaneamente livre da influência direta de seu agressor. A personagem apresenta personalidade reclusa, uso abusivo de álcool, dificuldades em se envolver afetivamente. O trabalho como investigadora particular reflete suas habilidades desenvolvidas para a fuga do controle de Kilgrave e para os métodos escusos de autoproteção ou para identificar a degeneração moral dos sujeitos em suas relações. A mentira é presente em sua atividade profissional, no contato com seus clientes e também no trato que a personagem tem com os próprios traumas. São nítidos os sintomas de vítimas de violência machista, seja ela psicológica ou física.

Sem dar spoilers, é preciso apontar a fineza do argumento roteirista na caracterização do personagem-vilão. Kilgrave é sujeito agressor e em alguma medida vítima da sociedade que o

produziu como tal, a qual lida com a saúde e com a afetividade de forma desumana e experimental (no mau sentido). As artimanhas da ficção científica para dialogar com a realidade de barbárie social, do imperativo da indústria farmacêutica e da lógica mercantilização da saúde mental se faz presente. De maneira nenhuma a abordagem dos personagens é maniqueísta, mas se vale de uma caracterização que parte das contradições da natureza e formação de cada um, sem tipificações e facilismos. Kilgrave é patético como qualquer rejeitado que não aceita sua condição, e duramente ameaçador como qualquer agressor. Jessica vive uma situação de opressão diretamente ligada a Kilgrave, este também produzido como opressor a partir de vivências como oprimido. Ambos apresentam fragilidades e potências em suas condições.

Há, por outro lado, dois personagens que de alguma maneira furam o bloqueio das relações contaminadas, Luke Cage (Mike Colter) e Trish, ou Patsy Walker (Rachael Taylor). A figura da irmã e parceira e de um possível parceiro de afeto e combate abrem um flanco de possibilidade no marco das afetividades embrutecidas de Jessica. Fundamentalmente são as relações que, sobretudo seguindo a tendência no cinema e animações das parcerias entre mulheres no sentido de sua emancipação, indicam a possibilidade de transformações nas relações humanas.

A rede de controle constituída por Kilgrave é uma forte metáfora do poder ideológico e de como os indivíduos se relacionam e se movimentam alheios a sua própria condição de sujeito. Desde uma perspectiva da alienação social, a série sugere, relacionado ao poder de Kilgrave, como se formam redes de controle e culpabilização dos oprimidos. A ideia de uma sociedade vigilante, sempre pronta a julgar e condenar as mulheres, produzindo práticas alienadas à raiz do problema da opressão. Ainda que não seja abordada esta face das relações de forma direta, a sua composição diante das câmeras evidencia a possibilidade de manipulação de opiniões e de atitudes a

partir de comandos de ação muitas vezes desconhecidos ou impessoais. Kilgrave pode, a qualquer momento, impelir que uma pessoa na rua corte a própria jugular, ou vá à caça obsessiva de Jessica ou de seus aliados. A influência dura certo tempo, e passado o período de controle, esta pessoa fica à deriva, sem saber exatamente o que se passou.

Poderia, ainda, ser uma metáfora de como as redes – atualmente muito mediadas pela internet – possibilitam não somente margem de ação e associação, mas também a não-memória social e o controle de nossas ações e discursos.

Assim como a maior parte das vítimas de violência física e psicológica, do sentimento de rejeição super-dimensionado, fruto da violência machista, Jessica se sente solitária no combate a Kilgrave. Nenhum outro poder, a seu juízo, pode controla-lo e combater-lo. É necessário, a seu ver, não ter cobertura, não envolver mais ninguém, para que nenhum outro amigo ou ente querido seja vítima das violências vivenciadas por ela. Representa, desta forma, a individualização do problema e o super-poder demandado pela mulher no enfrentamento a sua condição de oprimida, a fim de não desmoralizar-se e de manter na esfera privada aquilo a que o Estado, as leis e as forças de controle não dão conta e não estão interessados em dar cabo. Jessica diz claramente: “Nada de envolver a polícia”. E isso diz muito do papel cumprido por esta instituição no trato da violência contra a mulher, de total negligência.

Desse modo, a série traz à superfície de uma página acessada massivamente – o Netflix – um tema candente de nosso tempo, cada vez menos invisível, graças à luta contra o machismo, e pauta desde a linguagem televisiva a necessidade de mantê-lo sob os holofotes, na mesma medida em que o combate nos âmbitos político e social é travado. Faz parte de uma movimentação coletiva e internacional no sentido de tirar da esfera privada o problema da violência machista, de apontar responsáveis e de combater a sua raiz, que de modo algum pode se tratar apenas

do combate nos marcos culturais e dos costumes, mas do enfrentamento contundente às formas de organização social/econômica/política que produzem opressores e oprimidos.

Violência psicológica e o mito do “machismo sutil”

Natalia Conti

É comum, quando mencionamos algo sobre violência contra a mulher, que se forme uma imagem mental sobre agressão física ou sexual. O estupro, o espancamento, na cabeça das pessoas, são os problemas por excelência deste tema. As agressões sexuais, sobretudo são identificadas como um problema de quando se está num beco escuro e se depara com um desconhecido agressor. Há dois nós aí, o primeiro sendo o do “desconhecido”, e o segundo, a ideia da violência estar associada somente ou principalmente a danos físicos.

O escopo de violência exercido sobre as mulheres é amplo, podendo alcançar os níveis físico, sexual, moral e psicológico. Além disso, os dados caracterizam fortemente a localização da violência em âmbito doméstico e/ou entre pessoas conhecidas. São eles pais, irmãos, tios, amigos, colegas de trabalho, maridos, namorados, companheiros de militância, etc. Este texto parte da necessidade em compreender o âmbito da violência entre pessoas conhecidas, retirando, contudo, o problema do âmbito privado; e em avançar na compreensão da violência psicológica e moral como práticas devastadoras para a vida das mulheres, com particularidades

nas novas gerações.

“machismo sutil”

Segundo o *Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil*, 23% de mulheres atendidas foram vítimas de violência psicológica. Constitui-se a segunda forma mais frequente, seguida da violência física. Trata-se de 45.485 mulheres no último ano. Entre os casos registrados de violência psicológica, 47,8% foram vítimas de pessoas conhecidas, de círculos próximos, sendo que 10% delas sofrem com esta violência diariamente. Nos casos relatados de violência doméstica, sexual ou física, o aspecto do terror psicológico também é frequente, compondo o que conhecemos por *ciclo da violência*. O ciclo da violência é um encadeamento de acontecimentos em um relacionamento afetivo (não necessariamente entre casais), tendo início normalmente em agressões verbais, tensão psicológica, se intensificando em violência física e/ou sexual, ameaças de ruptura, e terminando com um momento denominado “lua de mel”, em que o agressor busca reatar a relação afetiva, sendo carinhoso e dizendo que tudo vai ficar bem, garantindo a interrupção e não repetição das agressões, quando o novo ciclo tem início.

A violência psicológica envolve xingamentos, tentativas de desmoralização da mulher, de afetar sua autoestima, grosserias, controle de sua vida pessoal e afetiva, invasão de espaços de privacidade, perseguição, ameaças de abandono frente a comportamentos que não seguem a maneira esperada, diminuição ou subestimação de suas capacidades em espaços públicos e práticas paternalistas e de tutela. Por não ter consequências evidentes e explícitas, é tratada como um mal menor, de efeito sutil, ou comumente não identificado como machismo, mas como “desvios” ou “desequilíbrios”, portanto, justificáveis. Entretanto, os danos causados às vítimas vão desde transtornos psicológicos, depressão, isolamento, até

restrições cotidianas de seus espaços de convivência e trabalho.

Por ser uma prática encarada pelo senso comum como natural, fruto dos conflitos existentes em qualquer relação entre parceiros, amigos, familiares, etc., é mais difícil de ser combatida. Invisível, assume a forma de um fantasma onipresente na vida das mulheres. E justamente por ser invisível e encarada como socialmente aceitável, as próprias mulheres não reconhecem muitas vezes que são vítimas de relações abusivas.

As gerações mais jovens

Ao observar os movimentos de mulheres na última década no Brasil, percebemos um salto no número de organizações, coletivos, blogs, publicações ligados à ideia do feminismo. Dentro da dinâmica internacional, hoje já reconhecida como uma nova onda de luta feminista, o boom de visibilidade do tema passou e foi mediado centralmente pela internet e as redes sociais. Mulheres, em sua maioria jovens, puderam através da internet, tomar contato de forma rápida com lutas contra o machismo em curso no mundo inteiro; lutas viralizadas, atingiram os mais provincianos rincões do machismo no Brasil. A *SlutWalk* canadense, de 2011, traduzida como *Marcha das vadias* no Brasil, colocou na pauta de todos os jornais do mundo o problema do assédio e da culpabilização das vítimas de violência. Além disso, a possibilidade de encontrar pares nesta luta e de denunciar casos de machismo foi potencializada pelas redes sociais.

Há, no entanto, o revés desta moeda. É verdade incontestável o papel das redes sociais como canais para a organização de lutas feministas e tomada de consciência individual e coletiva sobre a opressão de gênero e sexualidade; outra verdade incontestável é o fato de que as redes sociais potencializam

também a organização de setores conservadores, de práticas misóginas e, em âmbito mais estrito, a possibilidade de controle e violência psicológica contra as mulheres, sobretudo jovens nestes meios. Há ao menos dois fenômenos sobre os quais é importante tratar para pensar a violência psicológica exercida sobre as novas gerações, o *stalking* e o *revanchismo*.

O revanchismo acontece normalmente por ex-namorados ou ex-parceiros sexuais, inconformados com o fim da relação, que como forma de vingança colocam vídeos e fotos de suas parceiras nuas na internet. Enquadra-se na prática de violência psicológica e moral, destruindo a autoestima da mulher e condicionando seu cotidiano ao permanente constrangimento, vergonha e julgamento públicos. O revanchismo reflete, além da barbárie evidente, a concepção de que a vida sexual das mulheres é uma questão da qual elas têm de se envergonhar. Todos os dias, acompanhamos relatos de vítimas muito jovens, adolescentes. Muitas delas abandonam os estudos, e outras tantas, completamente desmoralizadas, chegam ao suicídio.

0 Stalking como violência machista

Stalking é uma prática de perseguição e controle, envolvendo comportamentos de assédio persistente, a partir de diferentes formas de abordagem e contato, vigilância e monitoramento de uma pessoa. A constância da perseguição, mesmo aparentemente inofensiva, caracteriza ameaça e intimidação, e em toda circunstância oferece algum risco. Em se tratando de um fenômeno pouco conhecido como ameaçador, a despeito do avanço em relação à legislação sobre o tema em várias partes do mundo, a legislação do Brasil não reconhece o *stalking* como violência.

Potencializada pela internet e as redes sociais, possibilita o controle e o acesso permanente às vítimas, em sua maioria

esmagadora, mulheres. O termo *stalking* ou *stalker*, com as redes sociais, banalizou-se ao ser reconhecido como uma prática de vasculhar o perfil de alguém que nos interessa sexual ou afetivamente. No entanto, é uma questão que habita o corredor da violência psicológica, gerando, do mesmo modo que outras violências, diversos transtornos às vítimas, desde restrições no estilo de vida até impactos na saúde psicológica.

O *stalking* é uma forma de aviso para violência futura, assumindo uma escala de aproximação que pode chegar à violência física e sexual. Estudos surgem no sentido de aprofundar a leitura sobre estes fenômenos, e cumprem o papel de pressionar o poder público de países como Portugal, por exemplo, a dar resposta legal. É o caso de *“Stalking: Boas práticas no apoio às vítimas. Manual para profissionais”*, de Gangeia, Matos, Ferreira e Azevedo. Um elemento que ganha notoriedade nas elaborações são os casos que têm como desenlace o homicídio da vítima, sobretudo naqueles em que existe relação prévia, ou seja, a vítima possuía um relacionamento com o agressor. Outras características importantes são o foco num só alvo e a natureza implícita das ameaças, como a ocorrência de “encontros casuais” ou contato indesejado. Percebam que a exposição da vítima em redes sociais, seja pela visibilidade de seus círculos de amigos, fotos, locais que frequenta e até mesmo marcar o local onde se encontra no momento – “checking”, ampliam a margem de risco.

Segundo Grangeia e Matos, por se tratar de violência não reconhecida como tal, as vítimas frequentemente não buscam ajuda, impedindo que estas consigam reconhecer o cenário de violência, sentindo-se envergonhadas ou mesmo culpadas pela situação vivida.

(...) o stalking é ainda um termo amplamente desconhecido e, apesar de muitos profissionais lidarem habitualmente com estas situações na sua prática, as suas especificidades permanecem muitas vezes incógnitas. Por outras palavras, o

conhecimento da existência do stalking enquanto manifestação de violência interpessoal

nem sempre se traduz num saber prático, estritamente relacionado com a atuação junto das vítimas e dos/as stalkers. (...) O mesmo estudo indica que ser alvo de stalking é tipicamente uma experiência geradora de medo (43,3% das vítimas relataram ter ficado um pouco assustadas e 25% referiram ter ficado muito assustadas) com implicações sobretudo a nível da saúde psicológica e do estilo de vida. Não obstante o nível de impacto experienciado, a procura de ajuda verificou-se apenas em menos de metade dos casos (40,7%), privilegiando-se sobretudo fontes de apoio informal em detrimento das forças policiais, profissionais de saúde mental ou dos serviços de apoio à vítima. A discrepância entre o sentimento subjetivo de medo e de insegurança com a procura efetiva de apoio poderá ser entendida se tivermos em consideração que o stalking não é facilmente identificado e reconhecido como uma manifestação de violência interpessoal (...). (cf. Grangeia e Matos, 2011)

Desse modo, a busca por ajuda é protelada até o momento em que coisas mais graves, em um quadro criminal, aconteçam, como uma agressão física ou invasão de domicílio, por exemplo. As autoras tratam ainda da necessidade em avaliar os riscos, de modo a diminuí-los. Esta avaliação deve ser feita a partir de uma série de sinais. Levar em consideração apenas a avaliação do próprio agressor pode resultar em subestimação do risco, visto que é comum a negação ou diminuição de sua responsabilidade. Conhecer os acontecimentos e os relatos da vítima é o primeiro passo para construir um mapa dos riscos. A percepção da vítima sobre o risco é sempre um importante foco de avaliação, ainda que esta possa, em alguns casos, minimizar a própria condição.

As autoras afirmam a evidência de maior risco quanto mais próxima for a relação do stalker com a vítima, e estabelece

motivos geradores que envolvem também diferentes ameaças. Entre eles estão os perfis de “rejeitado”, que não aceita o fim de uma relação ou a negativa para o início de uma; o “ressentido”, que busca formas de vingança; o “desajustado” ou “corteador”, com práticas inadequadas de abordagem do outro, etc. Curiosamente o rejeitado, o mesmo ator das práticas de revanchismo, é aquele quem oferece o mais amplo leque de riscos às vítimas.

A criminalização do stalking nos Estados Unidos e em diversos países da Europa é hoje uma realidade. Há, no entanto, um hiato na legislação brasileira que não reconhece a sua gravidade e ameaça, sobretudo à vida das mulheres. Em 2011, um grupo de 15 juristas encaminhou uma proposta de lei que, entre outras questões, criminalizava a prática de stalking; a proposta foi limada nos principais pontos no senado, tendo caído a criminalização. A única legislação que engloba o problema no país é a contravenção penal de “perturbação de tranquilidade”, prevista no artigo 65 do Dec.-lei n.3.688/41 (Lei das Contravenções Penais), que afirma que alguém que lhe perturbar a tranquilidade, pode ser punido com prisão simples de quinze dias a dois meses, ou multa.

Através da Lei Maria da Penha (Lei n.11.340/2006) seria possível encontrar uma ferramenta para abordar o tema, a partir dos artigos:

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Art. 7º. São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise

degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

No entanto, por não ser reconhecida como prática criminalizada, além das próprias restrições da alçada de intervenção da Lei Maria da Penha, o problema não se enquadra a partir dela. Infelizmente, combinado aos cortes feitos por Dilma às verbas que deveriam garantir a implementação da lei e a proteção das mulheres, a violência psicológica ainda é vista como questão menor.

Conclusão

O problema da violência psicológica é ainda mata fechada que deve ser desbravada e encarada pelo poder público no Brasil e também pelas organizações e entidades que travam a luta contra o machismo no movimento de trabalhadores e estudantes. Em grande parte, são estas formas de expressão do machismo que intimidam e desencorajam muitas mulheres todos os dias. Não podem de maneira alguma ser tratadas como sutis ou como desvios.

As gerações mais jovens, principalmente, expostas a experiências de luta compartilhadas mundialmente pelas redes sociais, e também à violência misógina, preparam suas batalhas e organizam seus exércitos, se posicionam, seja do ponto de vista do oprimido ou do opressor. Vivemos tempos de avanço da ofensiva conservadora no Congresso Nacional, com a votação de pautas como a da Diminuição da Maioridade Penal; restrição ao atendimento para mulheres vítimas de estupro e mesmo a restrição ainda maior ao aborto para estas vítimas; instituição de um estatuto da família. É necessário

visibilizar e fortalecer da luta dos setores oprimidos, e dentro dos movimentos e organizações dar o combate consequente às diferentes formas de machismo e violência contra as mulheres. Estes setores são o rastilho de pólvora que explodem e desatam os processos de luta em curso.

Na semana do dia 25 de Novembro, dia de luta contra a violência machista, uma ampla campanha ganha corpo nas redes sociais pela denúncia de abusos cometidos por pessoas conhecidas e próximas às mulheres (#meuamigosecreto). Uma vez mais as mulheres vão às ruas do país pedir o *Fora Cunha*. De modo algum esta pode ser uma conclusão. Está dado o desafio: avançar na compreensão e no combate à violência psicológica. Nas lutas e na vida, nem uma a menos!

Referências

[Dec. Lei n.3.688](#) – Lei das Contravenções Penais

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm
(acessado em 20/11/2015)

Lei n.11.340/2006 – “Lei Maria da Pena”

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm (acessado em 20/11/2015)

Mapa da violência 2015 – Homicídio de mulheres no Brasil

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf (acessado em 20/11/2015)

MATOS, Marlene; GANGEIA, Helena. RISCOS ASSOCIADOS AO STALKING: VIOLÊNCIA, PERSISTÊNCIA E REINCIDÊNCIA.

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30967> (acessado em 20/11/2015)

MATOS, Marlene; GRANGEIA, Helena; FERREIRA, Célia; AZEVEDO, Vanessa. Stalking: Boas práticas no apoio às vítimas. Manual para profissionais. Porto: 2011, Comissão para a Cidadania e

Igualdade de Género.

<http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACA0/PUBLICACOES/STALKING.PDF> (acessado em 20/11/2015)

“Os sentidos no nascer” – sobre a mercantilização da maternidade

Natalia Conti

O Blog Convergência visitou a exposição “Os sentidos no nascer”, no Rio de Janeiro, realizado na Praça Tiradentes, e entrevistou Valesca Egídio. Valesca é formada em Enfermagem pela PUC MINAS, especialista em Terapia Intensiva Neonatal e Pediátrica pela mesma universidade, e atualmente cursa residência em Enfermagem Obstétrica pela UFRJ.

Com teatralização sobre a mercantilização da saúde reprodutiva e podendo percorrer o caminho do nascimento, passando por um corpo gigante, a exposição teve o objetivo de informar e conscientizar sobre a questão do parto normal e problematizar a naturalização que existe em relação à realização de cesáreas, desmistificando os critérios comumente difundidos para a adoção de um método ou outro de parto. O tema da violência obstétrica ganhou muita força recentemente no movimento feminista brasileiro, tendo alcançado uma visibilidade importante, com denúncias de casos e debate público sobre a necessidade em se discutir o problema da mercantilização da saúde e os seus impactos no corpo e na vida das mulheres. A conversa com Valesca, uma das profissionais atuantes na exposição, tem o sentido de contribuir com esse

debate.

Natalia – Fiquei muito positivamente impressionada com a exposição. Antes de entrar, pelo que tenho acompanhado do tema nas redes sociais, principalmente através dos grupos que lutam pelo direito ao parto humanizado, julguei conhecer mais do que conheço na verdade. A exposição mostra que a ignorância reina fortemente sobre o tema da cesárea no Brasil. Gostaria que você apresentasse, primeiramente, como surgiu esse projeto e a ideia da exposição; com qual finalidade.

Valesca – Este é um projeto de uma médica de Belo Horizonte, Sônia Lansky, e de Bernardo Jefferson de Oliveira. No site do projeto eles explicam assim: “Sentidos do Nascer é um projeto que conjuga arte, ciência e tecnologia. Utiliza metodologias de pesquisa-ação para promover transformações nas representações sociais sobre o parto e o nascimento e para analisar as implicações da exposição na percepção dos visitantes”.

A prefeitura do Rio de Janeiro trouxe o projeto pra cá, e solicitou às universidades que oferecem residência em obstetrícia que ajudassem no projeto como mediadores. O objetivo das universidades é divulgar o trabalho da enfermagem obstétrica, e viram no projeto a oportunidade de informar a população sobre nosso trabalho e sobre o parto fisiológico.

N – Durante a exposição você relatou que a OMS havia estabelecido uma meta de diminuição de mortes maternas, e que o Brasil, com um número muito grande ainda não vencido, teria associado as mortes ao número abusivo de cesáreas. Como isso tem sido tratado pelo poder público brasileiro?

V – Sim, as metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, sendo o Brasil um dos signatários desse projeto, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os objetivos 4 e 5 são: 4) Reduzir a mortalidade infantil; e 5) Melhorar a saúde das gestantes.

O objetivo 4 o Brasil conseguiu cumprir, mas o 5 não. O país ainda não alcançou a meta. Segundo estimativas da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, entre janeiro e setembro de 2011, a mortalidade materna diminuiu 21%. A meta é atingir 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2015.

Uma maior redução da mortalidade materna depende das ações de promoção integral da saúde das mulheres em idade fértil, e de desenvolvimento de sistemas integrados de saúde pública entre os governos Federal, Estadual e Municipal; e com a participação da sociedade.

N – Pelo que entendi, o cumprimento da quinta meta estaria associado à questão da diminuição do número de cesáreas no Brasil. Como se dá isso? Recentemente acompanhamos diretrizes do governo para a saúde que implementavam um projeto de saúde da mãe, a despeito da saúde da mulher de forma integral. Como você enxerga esse movimento? Qual a sua opinião a respeito?

V – Para melhorar a saúde materna, o Ministério da Saúde instituiu em 2011, no âmbito do SUS, a Rede Cegonha. O programa constituiu-se como uma rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto puerpério; bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Para isso, o Brasil, que é campeão mundial em cesáreas, precisa reduzir suas taxas.

O objetivo do milênio é melhorar a saúde da gestante. Toda a política de saúde para as mulheres é focada apenas na gestação. Como se nosso único objetivo na vida fosse o de ser mãe, e só nesse momento deveríamos ter direito à saúde. Continuamos apenas a ser incubadoras de gente; nosso papel social continua sendo apenas o reprodutivo. Com relação às outras ações de saúde da mulher, o governo lançou também um programa de prevenção de câncer de colo do útero e de mama. Parece que, se garantirmos a saúde no campo reprodutivo, está tudo bem. A mulher não é enxergada além desse campo.

N – Você citou o Rede Cegonha; esse projeto foi bastante polêmico entre as feministas, principalmente no que diz respeito a uma possibilidade de maior controle do Estado em relação aos abortos. Essa foi uma coisa que senti falta na exposição, que fala bastante sobre o nascimento e o parto natural como uma vontade, um momento que deve ser querido e esperado, além de garantido, do ponto de vista da saúde pública. Mas não cita o número de mortes de mulheres todos os anos em razão dos abortos realizados em condições precárias. Como você vê essa relação?

V – O objetivo da exposição era falar sobre a humanização do parto e, portanto, do nascimento. Por isso o aborto não foi tratado. Mas várias pessoas tocaram nesse tema com os mediadores, acho que também sentiram falta.

O tema do aborto é sempre um tabu e passa por várias questões, mas em todas elas, o centro é sempre o mesmo: o corpo da mulher é propriedade de quem? Quem pode dizer o que fazer com ele? A igreja, o Estado, a própria mulher? Na minha opinião o corpo é de propriedade da mulher, e é ela quem decide o que fazer com ele, e principalmente quando ela deve gerar outro ser humano. Cabe ao Estado dar as condições para ela decidir. Desde 1994, o Brasil tenta implementar uma política de saúde e direito reprodutivo, mas avançou muito pouco no que diz respeito ao direito reprodutivo.

O Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, e o documento resultante da IV Conferência Mundial da Mulher, que aconteceu em Pequim, em 1995, legitimaram o conceito de direitos reprodutivos na sua concepção atual, e estabeleceram novos modelos de intervenção na saúde reprodutiva e de ação jurídica, comprometidos com os princípios dos direitos humanos. O documento do Cairo destaca como direitos humanos básicos:

– decidir livremente e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos;

– ter acesso à informação e aos meios para decidir e gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva, livre de discriminações, coerções ou violência.

Desde 1994 o Brasil tenta implementar políticas para garantir este direito, mas ainda tem falhado.

N – Atualmente, os movimentos que existem pró-parto humanizado, em sua maioria, envolvem um grupo social de classes médias ou altas. Assim como o aborto é legalizado para as mulheres que podem pagar por atendimento em clínicas de luxo, em segurança, o parto humanizado, em casa, custa muito caro e, deste modo, é restrito a uma camada bem pequena das mulheres brasileiras. Existem movimentos de profissionais da rede pública que pautam a necessidade de que se criem condições para as mulheres trabalhadoras fazerem parto humanizado? Existe hoje na rede pública de saúde essa possibilidade, semelhante ao que vivenciam as mulheres que têm seus filhos em casa com o acompanhamento de doulas e enfermeiras?

V – Sim, como já foi dito, é necessário que a taxa de cesáreas caia para que o parto normal volte a ser a primeira opção das mulheres. Por isso é necessário que o parto normal seja visto de outra forma pelas mulheres e por toda a sociedade. Ele precisa oferecer as melhores práticas para a assistência materna. As melhores práticas, aquelas baseadas em evidências científicas, devem estar disponíveis para a população. Por isso, existe um movimento por parte das instituições públicas e seus profissionais.

A doula é um profissional importante nesse processo de humanização do parto, mas infelizmente ela não integra a equipe destas instituições. Como a doula muitas vezes não é um profissional de saúde, ela não está envenenada com os vícios dos profissionais, e pode de fato ajudar as mulheres. Mesmo que ela seja profissional de saúde, ela não pertence àquela instituição onde o parto está sendo feito, e não precisa seguir os procedimentos adotados pela instituição, que amarram

um pouco a gente. E isso ajuda a mulher. Mas justamente pelo fato de não ser da instituição, ela presta um serviço particular, pago à parte. Se o Estado oferecer, ela passa a ser funcionária do Estado, e portanto fica amarrada também.

N – Uma tônica muito forte na exposição é a questão da mercantilização da saúde e o impacto disso na saúde reprodutiva da mulher. Você considera que a distância que nos separa de uma saúde integral e do alcance dessas metas está relacionado principalmente a isso?

V – Nesta lógica de mercantilização da saúde, o valor pago pelo produto passa a ser mais importante do que a qualidade do produto. Com a saúde não é diferente; em nome do menor custo, a qualidade na assistência da mulher que está gestando tem sido sacrificada. Alguns elementos para pensar a questão:

consultas rápidas – A mercantilização da saúde começa do pré-natal, estende-se durante toda a gestação e até depois dela. O valor pago pelas consultas é pequeno, sendo necessário que o profissional realize muitas consultas diariamente. Para manter a produtividade, as consultas no pré-natal têm de ser rápidas e não é possível dar a devida atenção às necessidades de saúde desta mulher. Orientações deixam de ser dadas, alterações deixam de ser percebidas e o que se oferece em termos de assistência é muito aquém do que deveria.

equipe reduzida – Para ser melhorada a assistência seria necessário um aumento no número de profissionais, tanto no pré-natal quanto nas unidades de assistência ao parto. Assim, poderíamos prestar um cuidado mais humanizado e próximo a estas gestantes.

estrutura física – Nas instituições de assistência ao parto, além do número reduzido de profissionais, temos problemas com a estrutura física. A estrutura física que temos hoje na maioria das instituições não favorece a aplicação das melhores práticas. Na maioria das instituições, as salas de pré-parto

não permitem a privacidade da gestante e nem a acomodação de um acompanhante durante o trabalho de parto. Teria que haver reformas em várias estruturas.

processo de trabalho – Por fim, e não menos importante, o trabalho de parto que culmina no parto normal/vaginal é um processo demorado, e o profissional que opta por acompanhar este trabalho de parto recebe um valor menor se comparado ao valor da cesárea. Sendo um procedimento cirúrgico, o valor pago pela cesárea é maior e o tempo gasto em sua realização é menor. Dessa forma, a cesárea é um um procedimento mais rentável. Para a mulher, porém, o processo fisiológico do trabalho de parto traz benefícios muito superiores, se comparado a ser submetida a um procedimento cirúrgico, principalmente quando ele é desnecessário.

Como se pode ver, o valor direcionado para saúde ainda é aquém do necessário para sanar a necessidade da população.

N – Queria que você falasse sobre os principais mitos em relação aos benefícios da cesárea e os riscos do parto natural.

V – A retirada do bebê de forma natural do corpo materno traz muitas vantagens, tanto para a mãe quanto para o bebê. A OMS indica que até 15% dos partos sejam cesarianas, porém, no Brasil estes índices são bem mais altos do que isso. O risco de morte materna associada à cesariana, por exemplo, é 3,5 vezes maior do que ao método natural.

O parto por via vaginal traz melhor recuperação da mulher, menos riscos de infecções, hemorragias e lesões de órgãos abdominais. Há estudos que demonstram que o risco de trombose (entupimento das veias) também é menor, uma vez que a paciente se movimenta durante todo o trabalho de parto e volta a caminhar mais rápido do que depois de uma cesárea. A perda de sangue é menor no parto normal do que em uma cesárea, já que não é preciso realizar nenhum corte mais profundo.

O vínculo entre a mãe e o filho fica mais fortalecido, pois

logo após o parto, o bebê é entregue à mãe para que seja acolhido, abraçado e amamentado. É um momento importantíssimo para a mãe e para o bebê. Durante o trabalho de parto normal o bebê passa por estresse que desencadeia a produção de uma substância chamada corticoide, que ajuda a preparar o organismo do bebê para o ambiente externo ao útero. A saída pelo canal vaginal faz compressão no tórax do bebê, ajudando a eliminar todo o líquido amniótico das vias respiratórias, aliviando desconfortos respiratórios das primeiras horas de vida.

Não existe desvantagem no parto normal. A dor é um processo fisiológico e acontece porque o útero está contraído para expulsar o bebê do seu interior. E para ela temos métodos farmacológicos – medicações – e não farmacológicos para alívio da dor, como massagens, banhos de banheira e atividades, como exercícios na bola.

As condições clínicas da mulher ou do bebê podem se alterar durante o trabalho de parto e pode ser necessária uma intervenção cirúrgica. Portanto, é de extrema importância que a gestante seja acompanhada por profissionais capacitados para intervir no momento certo. A cesárea é um procedimento importante que, quando bem indicado, pode salvar vidas.

Porém, ele não está livre de efeitos indesejados. O maior mito de benefício da cesárea é a ausência de dor. É fato que durante o procedimento, a mulher estará sob efeitos anestésicos e, portanto não sentirá dor ao nascer o bebê. Porém, como qualquer procedimento cirúrgico, ele poderá passar por experiências dolorosas durante o pós-operatório. Haverá dificuldades em locomover-se, amamentar e cuidar de si mesma e do bebê.

Portanto, é necessária uma boa avaliação sobre a real necessidade de intervenção cirúrgica.

N – Qual a sua impressão sobre o impacto da exposição, quanta gente circulou e se atingiu os objetivos pretendidos.

V – A exposição impactou muito as pessoas; várias saíram de lá falando que após a exposição, têm outra visão do parto normal. Não sei quantos foram os visitantes. Ainda estou atrás dessa

informação.

Valesca apontou ainda algumas referências para pensar o assunto:

<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>

Acessado em 02/08/2015

http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos.pdf.

Acessado em 02/08/2015

<http://www.minhavidacom.br/familia/materias/15767-conheca-diferencas-e-vantagens-do-parto-normal>. Acessado em 03/08/2015

Dois dias, uma noite, um caminho sem atalhos

Natalia Conti

Uma análise distraída poderia presumir que o filme *Dois dias, uma noite* trata de uma história banal, e a princípio pode não convencer como candidato a filme de peso. Ao contrário disso, os diretores Luc e Jean-Pierre Dardenne, nos colocam diante de uma série de questões sensíveis e inquietantes, em um misto de cinema político e do cotidiano. Abordando um tema aparentemente distante, patriado em terras europeias, parece estar nos ambientando a perguntas e vivências próprias de períodos de crise econômica, que já assolam também a realidade brasileira e latinoamericana.

Dois dias, uma noite conta a história de Sandra (Marion Cotillard), uma mulher operária que produz placas solares e é demitida, descobrindo que a seus colegas foi ofertado um bônus

de mil euros caso votassem pela saída dela do emprego. Afastada para cuidar de um quadro depressivo, Sandra se vê diante da situação de ter sido colocada em xeque pelos companheiros de trabalho assim que retorna da licença. Embora pouco convencida da possibilidade de reverter o quadro, decide conversar com cada um para pedir que optassem pela sua manutenção em uma segunda votação.

O filme retrata o seu caminho de porta em porta dos colegas de trabalho no fim de semana, que constitui uma dança com muitos elementos simbólicos. Por um lado é o caminho que o capitalismo obriga os trabalhadores a percorrer, com frequentes portas na cara e recados de “mande dizer que não estou”; por outro lado, o percurso da conversa, um a um, é constitutivo do fazer político coletivo, frequentemente apelidado nos movimentos de “trabalho de formiga”. Isso se dá com a discussão entre iguais, com a tentativa de amarração de compromisso comum e afinidades políticas.

Entre uma cena e outra, em que Sandra consegue ou não a solidariedade de um companheiro, o retrato de seu adoecimento – doença de trabalho e símbolo de adoecimento social – joga para fora da protagonista o problema. O problema é de cada um e de todos eles, que embora ainda empregados, vivem a contradição de “optar” entre a manutenção do posto de trabalho de um colega e o recebimento do bônus. Em situação de instabilidade e precariedade, muitos trabalham em um segundo emprego para complementar a renda. Em vários momentos Sandra diz ao marido que além de tudo agora não consegue também falar, dizer o que pensa. Cenas de engasgo, de falta de ar, como se estivesse a engolir as palavras ou a própria situação vivida entremeiam as circunstâncias de convencimento dos companheiros. A sua derrota extrapola o espaço privado, a preocupação com as contas, com os filhos, o problema individual, a saúde. No momento da lida com o outro se percebe que se trata de algo fortemente ligado à esfera pública, coletiva e político-social.

As conversas tidas são as mais diversas, e testam os interesses/necessidades individuais, apresentando uma situação limite da qual qualquer um deles poderia ser vítima. No entanto, Sandra não se apresenta como vítima, explica que não foi ela a escolher a condição de permanecer em detrimento do bônus. As reações variam entre hostilidade/indiferença e solidariedade profundas. Os motivos também variam, de situações mais precárias que se solidarizam até situações de vida melhores que apresentam necessidades supérfluas como importantes diante da perda de Sandra. No entanto, em momento nenhum ela os recrimina, e inclusive se questiona sobre o que faria se ela própria tivesse que abrir mão de mil euros para salvar o pescoço de alguém.

Em especial o desenvolvimento de uma das personagens é muito interessante, sua colega de trabalho que se desculpa e diz que não pode abrir mão do bônus porque ela e o marido estão construindo um terraço na casa. Posteriormente vemos que ela se encontra em uma situação de violência, e o marido não permitiu que ela votasse pela permanência de Sandra. A sua decisão pela nova votação favorável é combinada com uma ruptura com a condição de oprimida, na medida em que a personagem se separa do marido violento e apresenta aquela como a primeira decisão tomada em sua vida. Essa cena nos mostra os frutos parciais da articulação coletiva que ainda requer chão.

Ao longo do caminho, com a câmera acompanhando à distância, Sandra oscila entre seguir e desistir muitas vezes. A cada golpe ou acolhida, que podem ser lidos como alusão ao que se vive na construção de mobilizações políticas, ela sente o peso da necessidade e da possibilidade. A desistência significa não poder pagar a mensalidade da casa, e a ameaça de retornar à moradia social. A continuidade não garante vitória, e exige desgaste e energia. Em um dos momentos de refluxo profundo de seu ânimo, Sandra tenta suicídio ingerindo dezenas de comprimidos, em uma cena silenciosa e fria, sem elementos que

nos envolvam emotivamente na ação a não ser a própria imagem.

O silêncio e a música são aspectos marcantes na narrativa. Praticamente o filme todo é permeado pelo som natural, enquanto duas cenas apresentam a música como personagem. A primeira delas é a cena em que Sandra está com o marido no carro, que abaixa o som quando percebe uma música triste tocando, ao que ela responde pedindo para que ele não a proteja. Nesse momento aumenta o volume e canta sorrindo uma canção que fala de solidão no mundo. Sem ser de euforia, seu sorriso é de quem encara as coisas como parte da vida, e estabelece contato humano com o companheiro. A segunda é quando estão Sandra, o marido e a companheira de trabalho no carro, correndo atrás dos últimos votos do dia, e eles sorriem e curtem juntos um rock, em cena de forte cumplicidade.

A terceira cena a destacar é a mais silenciosa. O filme termina sem som algum, com Sandra indo embora da fábrica satisfeita com a batalha travada, com a solidariedade de alguns companheiros conquistada e com a prova para si mesma da possibilidade de se fortalecer diante da depressão e da ofensiva patronal. O silêncio da cena final é também um personagem, como a música, que bota na tela a crueza da situação que não pode ser embalada por nenhuma trilha sonora. O silêncio e o som, nos lugares onde são colocados, não nos obrigam ou induzem a chegar a conclusões ou a nos agarrar em sentimentos pré-estabelecidos. É um convite a ouvir, a pensar, a nos questionar.

Por fim, o filme possui uma cor peculiar, tendo dado a nítida sensação de estar a assistir a irmã mais nova de *Segunda-feira ao Sol*, filme de Fernando León de Aranoa, com Javier Bardem. Isso porque, *Dois dias, Uma noite* tratam de temas gritantes da atualidade com uma poética ensurdecadora, sem apelar ao sentimentalismo ou assumir forma de contos de fada do subúrbio. A semelhança de texturas entre eles é grande, e embora o *Segunda-feira ao Sol* tenha já pouco mais de dez anos, *Dois dias, Uma noite* estende as questões tratadas a uma

geração mais jovem do que aquela, cumprindo o papel de triangular experiências coletivas a serem travadas entre continentes e gerações diferentes.

Sim, Augusto Boal está muito vivo

Natalia Conti

A Mostra Augusto Boal, sediada no Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro desde o dia 13 de Janeiro de 2015, traz aos palcos, murais, vozes, aquela que foi uma das principais figuras do teatro brasileiro. A amarração de vários campos – música, cinema, leituras, oficinas teatrais, fotografia – faz da mostra uma antessala para quem quer chegar mais perto, e serve de convite para a iniciação/aprofundamento no conhecimento teatral do dramaturgo que levou a sério a necessidade de desdobrar o programa político-estético-método Brecht.

A começar pela compilação de nomes fortes do teatro épico no Brasil, a largada é dada pela Companhia do Latão, encenando a peça *Os que ficam*, que trabalha textos da autoria de Boal e apresentam questões ao público – como é de costume do grupo – atuais para pensar o nosso lugar frente aos problemas políticos e sociais do país, o nosso lugar como atores. Para isso, misturam as trajetórias familiares de luta contra a ditadura, alguns se apresentando como filhos de militantes de política e de teatro; a leitura por Julian Boal de cartas de seu pai aos seus companheiros de trabalho no Brasil, desde o exílio; uma dura crítica à produção mercantil de arte na televisão, e a instrumentalização do trabalho do ator neste

espaço; e questões que são de ontem e se mostram gritantes, de hoje, como a fragmentação da esquerda e a necessidade de pensar a política estratégica.

O grupo bota no palco a atualidade de Boal, de sua Revolução na América do Sul, da luta pela memória – em tempo de Caravanas da Anistia e Comissão da Verdade – e apresenta o teatro como chave para a abertura de caminho de transformação e emancipação. Com ares ainda quentes de sua Ópera dos Vivos, da qual ainda podemos sentir os cheiros, o Latão encena respostas possíveis, sem encerrá-las conclusivamente, remetendo ao expect-ator, como gostava de chamar Boal, a responsabilidade e inquietação de pensar o próprio papel.

Quando adentramos o salão da exposição, vemos projetadas as fotos conhecidas das encenações do Teatro de Arena de São Paulo e Rio de Janeiro. Arena conta muitas coisas, Show Opinião, e tudo o que figura no imaginário do teatro político da década de 1960. Vendo os materiais produzidos por Boal – disponíveis para leitura na sala – percebemos que era alguém que costurava finamente as necessidades da vida com o desenvolvimento da técnica teatral, correndo distante de uma concepção da arte pela arte. O teatro do Oprimido, política poética desenvolvida por Boal ao longo de décadas de trabalho com grupos de vários países do mundo, nos dá a possibilidade de aproximar ainda mais a arte da vida, sobretudo da política e dos modos de vida, quando coloca no papel de ator todo e qualquer homem e mulher que têm questões e vive problemas coletivos. Tira do âmbito privado os problemas e, em praça pública de qualquer viela e rincão, de qualquer país do mundo, de Moçambique à Áustria, do Chile à Índia, pergunta aos expectadores qual é o problema. Há alguma coisa nessa cena que podemos mudar? Como podemos fazê-lo?

Os vídeos que apresentam o impacto do teatro do Oprimido no mundo todo evidenciam o seu caráter político e a sua vivacidade. Boal era não só um Brechtiano ortodoxo, mas arrojado e inventivo, por não levar a algum lugar a voz dos

oprimidos e explorados, mas criar ferramenta para que estes mesmos o fizessem, e representassem as possibilidades de suas vidas cotidianas, de seus enfrentamentos de classe. Um vídeo chama bastante atenção, de Moçambique, onde um grupo de uma comunidade encena uma situação em que uma mulher faz o teste de HIV e se descobre soropositiva, e tenta convencer o companheiro de que este tem também de fazer o teste, ao que é negado. A ferramenta incorpora as vozes da própria comunidade para resolver o nó apresentado, e funciona como espécie de peça-didática para a educação de seus pares.

Outro elemento importante da mostra é a voz de Juçara Marçal, que representa a potência de uma nova geração de músicos paulistanos cantando o Zumbi do Arena e de Boal, consonante com o som de Metá Metá. Fechando os olhos ou olhando bem fundo, ouvimos em sua voz o terreiro de seu disco Encarnado se misturar ao terreiro de Maria Bethania no show Opinião, ou em Arena conta a Bahia. Coisas que só ouvindo para entender.

Por fim, as demais atividades que confluem a Mostra dão um tom de movimento, de coisa viva, pedindo para ser assumida e reinventada. Boal era um homem de movimento, além de gente de teatro. E seu legado ao teatro e aos oprimidos/explorados do mundo inteiro é uma ferramenta política e estética potente de questionamento, elaboração coletiva e possibilidade de forjar sujeitos de si e da História, com H maiúsculo.